

**NEM TUDO ESTÁ PERDIDO: ARQUEOLOGIA E HISTÓRIAS DE VIDA NA
CONTEXTUALIZAÇÃO DE OBJETO ARQUEOLÓGICO DO MAE/UFBA**

*NOT EVERYTHING IS LOST: ARCHAEOLOGY AND LIFE HISTORIES IN THE
CONTEXTUALIZATION OF THE ARCHAEOLOGICAL OBJECT OF THE MAE/
UFBA*

Carlos Alberto Santos Costa

Como citar este artigo:

COSTA, Carlos Alberto Santos. Nem tudo está perdido: arqueologia e histórias de vida na contextualização de objeto arqueológico do MAE/UFBA. In: Cadernos do Lepaarq, v. XVI, n.31., p. 21-32, Jan-Jun. 2019.

Recebido em: 20/09/2018

Aprovado em: 30/05/2019

Publicado em: 30/06/2019

ISSN 2316 8412



Nem tudo está perdido: arqueologia e histórias de vida na contextualização de objeto arqueológico do MAE/UFBA

Carlos Alberto Santos Costa*

Resumo: Neste artigo utilizo a perspectiva das “histórias de vida” com o objetivo de contextualizar e indicar o provável local de coleta feita por moradores locais de uma urna funerária, posteriormente resgatada pelo arqueólogo Valentín Calderón nos anos 60 do século XX, no município de Morro do Chapéu, Bahia. Tomando como ponto de partida a minha história e as minhas memórias pessoais, identifiquei interlocutores que viveram este episódio e fiz o enlace das suas “histórias de vida” com dados arqueológicos e com informações salvaguardadas no Mae/Ufba. Este caminho percorrido permitiu a obtenção de elementos comuns das “histórias de vida” dos diferentes atores sociais para a criação de uma nova narrativa sobre o objeto arqueológico. Assim, é possível compreender melhor esse objeto, então sob a salvaguarda do museu, e indicar caminhos futuros para novas pesquisas.

Abstract: In this article I use the perspective of “life histories” with the purpose of contextualizing and indicating the probable place of collection by local residents of a funeral urn, later rescued by the archaeologist Valentín Calderón in the 60s of the 20th century, in the municipality of Morro do Chapéu, Bahia. Taking as my starting point my story and my personal memories, I identified interlocutors who lived through this episode and linked their “life histories” with archaeological data and information safeguarded in Mae/Ufba. This path allowed me to obtain common elements of the “life histories” of the different social actors for the creation of a new narrative about the archaeological object. Thus, it is possible to better understand this object under the safeguard of the museum and indicate future paths for further research.

Palavras Chave:

Histórias de vida; Urna Funerária; Valentín Calderón; Morro do Chapéu.

Keywords:

Life Histories; Funeral Urn; Valentín Calderón; Morro do Chapéu.

* Professor permanente do Curso de Bacharelado em Museologia e do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia; Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Museologia da Universidade Federal da Bahia e do Programa de Pós-Graduação em Desenho, Cultura e Interatividade da Universidade Estadual de Feira de Santana. Pesquisador Associado do Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Patrimônio da Universidade de Coimbra. Doutor em Arqueologia pela Universidade de Coimbra. E-mail: carloscosta@ufpb.edu.br

CONSIDERAÇÕES GERAIS

A história que apresento deriva da convergência de informações profissionais e pessoais. Não se trata de assumir uma perspectiva acadêmica egocêntrica nem, muito menos, almejar a neutralidade científica, mas de entender que a contextualização do tema só é possível em decorrência de fatos e acontecimentos casuais, relacionados às minhas história e memórias. Acrescente-se a isto a necessidade de relacionar esses fatos com informações de outros interlocutores, a partir da perspectiva das “histórias de vida” (BRANDÃO, 2007; CORTÉS, 2011; LECHNER, 2010), além de dados arqueológicos existentes no Museu de Arqueologia e Etnologia (Mae), da Universidade Federal da Bahia (Ufba). O interesse é produzir uma nova narrativa, que permita contextualizar uma peça arqueológica, criando uma história comum a todos os envolvidos. Essa nova narrativa possibilitou a contextualização, cerca de 50 anos depois, da coleta de uma urna funerária¹. Trata-se de uma peça emblemática na história da arqueologia baiana, à mostra na exposição de longa duração do museu. A documentação sobre essa peça tem pouquíssimas informações, sobretudo relacionadas ao contexto de coleta.

Ao longo deste texto serão apresentados: a perspectiva teórica que sustenta a argumentação, relacionada às “histórias de vida”; os dados empíricos associados à urna funerária; as minhas narrativas pessoais; as narrativas de interlocutores que conheceram originalmente o objeto arqueológico; e, por fim, as informações salvaguardadas na documentação do Mae/Ufba. Este conjunto de dados tem o intuito de possibilitar o necessário enlace de informações para a construção da nova narrativa, além de propiciar uma tentativa de identificação aproximada do local de coleta da urna funerária.

AS HISTÓRIAS DE VIDA COMO PROCEDIMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO

A perspectiva de observação de uma narrativa a partir das “histórias de vida” corresponde a um procedimento teórico-metodológico o qual considera que a recordação de episódios vividos permite entrelaçar informações do passado, impor sentidos ao presente e oferecer projeção para o futuro, dando sentido continuado a uma determinada história. As “histórias de vida” permitem a junção de dados qualitativos de forma mais consistente que as macro observações dos diferentes fenômenos, captadas na busca das regularidades objetivas dos estudos estatísticos. Isso porque, centra no levantamento das particularidades vividas, dos dados socialmente secundarizados, das fricções, lapsos e erros, de forma a valorizar o saber e o fazer individuais na construção do *corpus* sociológico (BRANDÃO, 2007, p. 10).

Objetivamente, o recurso das “histórias de vida” não tem a função de criar biografias dos diferentes indivíduos, mas de fazer com que as variadas vivências auxiliem a construção de uma narrativa específica comum aos interlocutores, além de permitir observar o que o discurso dominante não favorece a percepção (CORTÉS, 2011, p. 64-73). Ou seja, a ideia não é versar sobre aqueles que podem falar de si mesmos, e sim entender a importância do ponto de vista desses interlocutores e utilizá-lo para a elaboração de uma nova narrativa. No caso específico, as condições relacionais que possibilitaram a aproximação com os interlocutores entrevistados foram favorecidas pela proximidade, já existente deles comigo (o autor), interlocutor direto da história (NUNES, 1999, p. 62). Por isso, posso considerar que o presente texto também é um exercício de reflexão da vivência e da construção de uma ideia de mim mesmo.

¹ Na documentação existente no Mae/Ufba o recipiente é tratado como uma “urna funerária”. Os moradores locais o chamam de “panelão”. Tendo em vista que meu ponto de partida para a abordagem do recipiente é o Mae, ao longo do texto o tratarei como uma urna; o uso da segunda concepção será adotado quando estiver utilizando os dados dos meus interlocutores.

Daqui em diante apresentarei dados que aproximam a minha história a de outros interlocutores e permitem a compreensão da história da urna, de forma a ampliar informações sobre os seus “contexto arqueológico” e “contexto sistêmico”² (SCHIFFER, 1972, p. 157). O que quero dizer, em última análise, é que meu repertório pessoal e o de outros “atores sociais”³ (GOFFMAN, 1999, p. 25-31) assumem natureza metodológica na construção de informações que possibilitam fazer uma contextualização “extrínseca”⁴ (MENSCH, 1989, p. 59) do objeto arqueológico.

AS HISTÓRIAS DE VIDA E A URNA FUNERÁRIA

Comecei a frequentar o Mae/Ufba em agosto de 1997, aos 20 anos de idade, quando no âmbito do curso de graduação em museologia da mesma universidade cursei a disciplina eletiva “Introdução à arqueologia”, ministrada pelo professor Carlos Etchevarne. Por ocasião das aulas no museu, passei a me interessar por arqueologia e a circular com frequência no espaço, de forma que pouco tempo depois, em janeiro de 1998, ingressei na instituição como estagiário. Com essa nova condição tive a possibilidade de uma maior aproximação e acesso aos acervos salvaguardados e a sua consequente documentação.

Muito cedo, algumas peças e informações passaram a atrair o meu olhar em função do vínculo de ‘identidade espacial’⁵ que elas tinham com as minhas memórias e história pessoal. Em especial, várias informações sobre objetos e sítios identificados na cidade de Morro do Chapéu, zona oriental da Chapada Diamantina, Bahia. Eu morava em Salvador, mas durante toda a minha infância, até os 9 anos de idade, passava as férias de final de ano e recessos escolares de junho⁶ em Morro do Chapéu; algo em torno de 4 meses por ano. Meu pai aposentado ficava lá maior parte do tempo, porque precisava complementar a renda familiar trabalhando na administração de propriedades rurais e, também, como pequeno produtor rural.

Justamente por esse vínculo de identidade com a cidade de Morro do Chapéu uma das peças coletadas neste município, a qual se encontra na exposição de longa duração do Mae/Ufba, atraiu o meu olhar: uma urna funerária. Baseado nas classificações adotadas na obra “Cerâmica Guarani”, de Fernando La Salvia e José Proença Brochado (1989), é possível descrever a urna funerária como um vaso com 52 cm de comprimento, 39,5 cm de largura e 45,5 de altura, de forma retangular, paredes grossas (com espessura superior a 1 cm), feito pela técnica de acordelamento, com quinas e extremidades arredondadas, de cor marrom escuro acinzentado e marcas de fuligem da base até metade da peça. O vaso tem uma carena que forma uma cinta e divide a peça em duas sessões: 1/3 da peça, da carena até a borda reforçada, tem decoração plástica na face externa, toda unglulada, formando linhas paralelas ora horizontais, ora verticais e ora diagonais; 2/3 da peça, da carena até a base, totalmente alisada na face externa. Toda a superfície da face interna é alisada e acompanha a silhueta da superfície

2 O “contexto arqueológico” descreve os materiais que passaram pelo sistema cultural e que agora são objetos de investigação dos arqueólogos. O “contexto sistêmico” trata da condição de um elemento que está participando de um sistema comportamental (SCHIFFER, 1972, p. 157).

3 De acordo com Ervering Goffman, todo homem, em qualquer situação social, apresenta-se diante de seus semelhantes, tenta dirigir e dominar a impressão que possam ter sobre ele, empregando certas técnicas de sustentação de seu desempenho, tal qual um ator que representa um personagem diante de um público (GOFFMAN, 1999, p. 25-31).

4 A noção de contextualização “extrínseca” que utilizo aqui é aquela proposta por Peter Van Mensch, que consiste nas informações que permitam compreender os contextos sociais em que os objetos estiveram inseridos (MENSCH, 1989, p. 59).

5 Estou entendendo como ‘identidade espacial’ as formas que os espaços naturais ou ocupados assumem como marcadores de memórias e de historicidade dos diferentes indivíduos e/ou grupos socioculturais, criando o sentimento de apropriação cultural e pertencimento a um determinado lugar.

6 Na região Nordeste do Brasil, o recesso escolar de meio de ano ocorre no mês de junho, pois coincide com as festas juninas (dia 13, Santo Antônio; dia 24, São João; dia 29, São Pedro), que tem muita força e mobilizam toda a região. No caso da Bahia, ainda há as comemorações associadas a independência da Bahia, que começam no dia 25 de junho e terminam no dia 02 de julho.

da face externa (figura 1).



Figura 1: urna funerária no Mae/Ufba. Foto: Claudiomar Gonçalves. Fonte: CAROSO SOARES *et all*, 2006, p. 25.

Ao ver aquele objeto, sua legenda e documentação e, nesse momento, perceber o quão próximo ele estivera do lugar onde eu ficava nas férias, a primeira ideia que me passou pela cabeça foi sobre a complexidade de histórias comuns que os diferentes espaços guardam. Como uma informação tão emblemática daquela estar tão próxima e eu não saber, não ter percebido? Logo, meu interesse era saber mais. Tratava-se de um incômodo, como se aquilo configurasse um vazio que sequer poderia ter existido.

Em junho de 1998 meu pai morreu. Poucos meses depois, em outubro, acompanhei a minha mãe numa viagem a Morro de Chapéu para “tomar pé” das coisas que meu pai havia legado para os seus herdeiros. Depois de pouco mais de 11 anos sem ir àquela cidade, retomamos contatos com várias pessoas especiais que nutriram as nossas memórias, em especial as da minha infância. Dentre essas pessoas estavam João Santana Neto (vaqueiro) e seus dois filhos, Maria Ieda Santos de Santana (dona de casa) e Jailton Santos de Santana (vaqueiro), apelidado de Didi. Em 2019, eles completariam, respectivamente, idades de 102 (faleceu aos 99, poucos meses antes do centenário), 62 e 69 anos. Didi trabalhou como vaqueiro e era o “homem de confiança” do meu pai; além disso, ambos nutriam uma amizade incondicional. Em decorrência dessa forte relação de amizade, herdei a proximidade afetiva com Didi e com a sua família.

Durante o primeiro contato depois de muitos anos, num clima de muita euforia favorecido pelo reencontro, fui questionado sobre o que eu fazia da vida. Passei a explicar que estudava museologia e estagiava com arqueologia no Mae/Ufba e que começava a trabalhar com coisas das populações passadas. Ao entenderem do que se tratava a profissão que viria a ser o meu ofício, passaram a relatar várias histórias de pedra de corisco, pedra raio, pinturas nas pedras e grandes concentrações de cacos grossos de cerâmica no meio da caatinga. Durante a conversa, uma história em especial me chamou a atenção. Essa história foi ouvida e revisada com os entrevistados em três diferentes ocasiões: outubro de 1998, julho de 2007 e fevereiro de 2018.

Didi, nosso principal interlocutor de parte dessa narrativa, relatou que quando tinha entre 12 e 14 anos (no início da década de 1960) e vivia na localidade do Araçá⁷, o seu pai, João Neto, comprou um grande pote retangular de coloração escura,

⁷ Distrito de Morro do Chapéu, distante cerca de 12 km do distrito de Destoque, localidade que morava (e ainda mora) nas ocasiões em que dialoguei com ele, em 1998, 2007 e 2018.

um “panelão”. Esse pote pertencia a um açougueiro chamado Joaquim Roque, que exercia seu ofício num estabelecimento próprio num vilarejo de formação espontânea⁸ chamado “Comercinho”, que ficava na margem direita do Rio Preto e estava relacionado ao ciclo de mineração de Diamante na Bahia.

Por sua vez, esse “panelão” teria sido comprado tempos antes (em data incerta) por Joaquim Roque de caçadores que “toparam” com o vaso quando escavavam o solo atrás de um tatu acuado numa toca, num local próximo ao “Comercinho”, mas na margem esquerda do Rio Preto. Achando terem encontrado um tesouro, retiraram o “panelão” e esvaziaram o conteúdo interno. Não encontraram o que desejavam, apenas terra e raízes. Parte da tampa do pote teria sido quebrada e abandonada. Foi a pequena distância da área onde o vaso foi localizado com a vila do “Comercinho” que fez com que ele fosse vendido e deixado com o Joaquim Roque.

A partir desse momento, Joaquim Roque passou a utilizar o “panelão” como “salgadeira”. Nele se fazia infusão de carne bovina para confecção de carne do sol. Segundo a percepção de Didi, o tamanho do vaso era suficiente para uma rês de até 7 arrobas (105 kg)⁹. Tempos depois, com o final da “influência da mineração”, Joaquim Roque “deixou de matar boi” e vendeu o “panelão” a João Neto. Esse vaso foi transportado do “Comercinho” até o Araçá amarrado por cordas, suspenso num caibro e sustentado nos ombros de quatro homens que seguiram a pé, revezando-se no transporte, por cerca de 12 km. Daí em diante, o “panelão” passou a ser utilizado por Elisa, esposa de João Neto, para preparação de massa puba¹⁰. Além disso, corriqueiramente o vaso foi utilizado como esconderijo pelas crianças, em especial as irmãs mais novas de Didi, que brincavam de esconde-esconde.

Quando Didi tinha entre 15 e 16 anos, muito provavelmente em algum momento entre 1965 e 1966, recebeu a visita de uns “pesquisadores alemães¹¹, grandes, fortes e bem zelados”, no colégio Nossa Senhora da Graça, onde estudava na sede de Morro do Chapéu. Tais pesquisadores obtiveram a notícia de que o pai do Didi possuía um vaso grande. Questionado pelos pesquisadores sobre o assunto, Didi confirmou a existência do “panelão” e sobre a sua grande dimensão, momento em que foi solicitado a levar os interessados à casa dos seus pais. Didi não pôde ajudá-los, pois era meio de semana e no período escolar, ocasião em que ficava hospedado na casa de “Iraci” em Morro do Chapéu. Um interlocutor da conversa entre Didi e os pesquisadores chamado Osvaldo, prontificou-se a guiá-los num outro momento, como de fato fez.

Dias depois, na casa dos pais de Didi, os pesquisadores guiados por Osvaldo conheceram o “panelão” e, segundo informações de João Neto, demonstraram interesse em comprá-lo, pois pretendiam fazer “uma apresentação num museu em Salvador”. João Neto negou a possibilidade de venda, mas, ante a insistência, aceitou emprestar o vaso. Em agradecimento, espontaneamente os pesquisadores ofereceram-lhe um valor, a título de auxílio financeiro com os custos diários da labuta no campo, além de deixar como garantia um endereço rabiscado num papel.

No final da tarde, quando os pesquisadores tiravam um dos bancos da Rural¹² a fim de acomodar o pote para o transporte até Salvador, Didi chegou na casa dos pais e reencontrou os pesquisadores e o Osvaldo. É certo que a partida do “panelão” ocorreu numa sexta feira ou num final de semana, intervalo em que Didi vinha da sede de Morro do Chapéu para

8 São as áreas urbanizadas que surgem sem planejamento prévio, motivadas por razões diversas que favorecem a ocupação do espaço. No caso específico, resulta da proximidade com as áreas de mineração.

9 O volume da urna é de aproximadamente 100 litros, o que corrobora a visão aproximada de Didi.

10 Trata-se de uma massa azeda feita a partir da mandioca crua colocada de molho em água, que se torna amolecida e fermentada. Essa massa é utilizada para preparação de bolos, biscoitos e mingaus.

11 Nesse contexto, a designação alemão não se refere à nacionalidade, mas ao reconhecimento da não nacionalidade brasileira, em decorrência do forte sotaque estrangeiro.

12 A Rural Willys era um carro utilitário produzido pela Willys Overland, posteriormente pela Ford, entre as décadas de 1950 e 1970.

passar o final de semana na casa dos pais.

Passado o tempo e a ausência de notícias do “panelão” emprestado, João Neto solicitou auxílio de amigos que alternavam moradia entre Morro do Chapéu e Salvador, para verificar o endereço indicado. Porém, esses amigos não localizaram o endereço, de forma que João Neto concluiu ter sido enganado pelos pesquisadores.

Durante as diferentes conversas que tive nos últimos 20 anos com João Neto, Didi e Ieda perguntei sobre como era o “panelão”. A descrição era a de um vaso retangular, de grande tamanho, cor escura, marcas de unha na porção superior, dobra no meio e, inclusive, pequenas fraturas na borda que permitiam ver a cor preta da pasta cerâmica. Comparavam a forma do pote a um tanque retangular de amianto, fabricado pela Eternit nas décadas de 80 e 90 do século XX.

Aqui, vale um pequeno relato. Quando, em 1998, tomei conhecimento dessa história, chamou-me a atenção a precisão das memórias dos meus interlocutores, sobretudo no que tange a descrição da urna, as quais me faziam entender que se tratava da peça sob a guarda do Mae/Ufba. Essa precisão do relato associada ao conhecimento que eu tinha sobre a urna funerária salvaguardada no Mae/Ufba constituíam os elementos fáticos/empíricos mais contundentes que permitiam o início das relações das “histórias de vida”. Naquele primeiro contato em 1998, apesar de surpreso com a história, ainda estava muito abalado com a morte do meu pai e concentrado no objetivo da viagem, de forma que não externei a desconfiança e guardei essa informação, para averiguá-la sistematicamente noutro momento.

Nove anos depois, em 2007, já formado e vivendo profissionalmente da arqueologia, voltei a Morro de Chapéu a trabalho. Aproveitei o ensejo e visitei Didi para, dentre outras questões, tentar retomar a história do “panelão”. Desta vez, levei comigo um notebook que tinha várias imagens de situações arqueológicas e peças das coleções salvaguardadas no Mae/Ufba. No meio dessas imagens, uma do vaso que eu desconfiava ser o “panelão”.

Ao conversar com Didi, expliquei que estava na região a trabalho. Durante nossa longa conversa, entre umas doses etílicas e uns requeijões de produção local, passei a mostrar as imagens a título de ilustrar com o que eu trabalhava. Fiz isso sem adverti-lo de que entre as imagens estava a do possível “panelão”; aliás, até aquele momento não tínhamos retomado esse assunto. No instante em que apareceu a imagem do “panelão”, imediatamente Didi se ouriçou e apontou para a tela do notebook, emitindo uma interjeição, que nos conduziu ao seguinte diálogo:

Didi: - *Óh!*

Eu: - *Óh, o quê?*

Didi: - *O panelão!*

Eu: - *Que panelão?*

Didi: - *O panelão que o alemão levou! Se não foi esse, foi um ‘merminho’ a esse.*

A partir desse momento, não me restava dúvidas de que estávamos falando do mesmo objeto. Contudo, a partir daí o enredo se tornaria mais instigante, promoveria uma inversão de papéis e me tornaria o ‘desavisado’ da história. Uma vez feita a identificação visual do “panelão”, Didi se levantou e me convidou a acompanhá-lo a um depósito de ferramentas e selas que ficava fora de sua casa. Ele entrou no depósito, procurou algo entre as coisas guardadas lá e saiu com um grande fragmento cerâmico muito empoeirado e com teias de aranha, de paredes grossas (com mais de 1 cm de espessura), bordas reforçadas e pasta mal cozinha com, mais ou menos, 30 x 20 cm.

Logo reconheci tratar-se da quina arredondada do que seria um assador relativamente retangular, corriqueiramente identificado como da “tradição arqueológica Tupiguarani” pelos arqueólogos que atuam no Brasil. Motivado pelo belo fragmento, iniciei um novo diálogo com Didi:

Eu: - *O que é isso, Didi?*

Didi: - *A tampa do panelão.*

Eu: - *Que “panelão”? [muito surpreso]*

Didi: - *O panelão que o alemão levou.*

Eu: - *Você tinha a tampa do “panelão”? Porque você guardou isso por tanto tempo?*

Didi: - *Se o alemão quis o panelão, talvez alguém quisesse a tampa.*

Lógica precisa e simples dos povos sertanejos: não se joga fora o que se pode ter utilidade. De fato, Didi estava certo. Obviamente, a aparição de um pedaço da tampa me deixou extremamente atordoado. Questionei como ele obteve a tampa. A explicação é que o fragmento veio com o “panelão” na ocasião da compra por seu pai, João Neto. Nesse tempo todo, depois do “panelão” ter sido levado pelos pesquisadores, o fragmento ficou guardado no depósito no meio das coisas¹³.

AS CONVERGÊNCIAS DAS HISTÓRIAS DE VIDA

Enfim, entendo que agora se faz necessário confrontar uma série de convergências das narrativas apresentadas com dados históricos conhecidos, para corroborar a procedência fática da nova narrativa criada por ocasião deste artigo:

- A cronologia apresentada por Didi lança o momento em que os pesquisadores estiveram em Morro de Chapéu à sua adolescência, quando tinha entre 15 e 16 anos, entre 1965 e 1966. Por sua vez, Valentín Calderón, arqueólogo da Universidade Federal da Bahia, teve atuação de campo na arqueologia baiana entre os anos de 1958 e 1970 e circulou a área da Chapada Diamantina, especificamente Morro do Chapéu, a partir da metade da década de 60 (COSTA, 2005, p. 144-147; ETCHEVARNE, 2015, p. 3; MARTÍN, 1999, p. 39-42);

- De acordo com Didi, o carro utilizado para o transporte do “panelão” foi uma Rural. Valentín Calderón utilizava para as suas pesquisas de campo uma Rural Willys, doada na metade dos anos de 1960 pelo Smithsonian Institution para realização dos trabalhos relacionados ao Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (Pronapa), coordenado pelo casal Betty Meggers e Clifford Evans;

- Conforme Didi explicou, os homens que levaram as urnas eram “pesquisadores alemães [estrangeiros], grandes, fortes e bem zelados”. Segundo relatos que ouvi de professores que conheceram Valentín Calderón – Maria Gabriela Martín Ávila (UFPE), Maria Rosário Gonçalves de Carvalho (Ufba), Carlos Alberto Caroso Soares (Ufba) e Pedro Manoel Agostinho da Silva (Ufba) – e como é possível se perceber nas imagens do pesquisador, tratava-se de um homem alto, corpulento (não necessariamente obeso), sempre bem penteado e barbeado (não necessariamente elegante, mas, bem tratado), de personalidade forte e incisiva, além de um acentuado sotaque espanhol;

- João Neto, Didi, Elisa e Ieda moravam no distrito do Araçá; hoje moram no distrito do Destoque. Ambos os distritos estão entre a região de Santa Úrsula e Lagoa Nova. De acordo com a documentação relacionada à urna nos arquivos constantes no Mae/Ufba, a peça foi coletada na região da Lagoa Nova ou Santa Úrsula, município de Morro de Chapéu, das mãos de moradores locais.

A partir dessas convergências entre as “histórias de vida”, as informações históricas de coleta, as informações relacionadas à arqueologia brasileira e ao próprio objeto arqueológico, sinto-me autorizado a entender que se trata do mesmo episódio histórico percebido pelo olhar de diferentes interlocutores. Assim, daqui em diante a tentativa será de identificar o

13 Esse fragmento da tampa foi doado para o Mae/Ufba, para compor o acervo da instituição.

provável local de coleta da urna funerária.

TENTATIVA DE CONTEXTUALIZAÇÃO DA URNA FUNERÁRIA

Pedi a Didi que me guiasse ao vilarejo do “Comercinho” para identificar a provável área de coleta da urna. A primeira tentativa de visita ocorreu em julho de 2007, mas foi abortada no meio do caminho, pois estávamos à cavalo e fomos surpreendidos por uma chuva com trovoadas, o que tornou a atividade insegura. A segunda tentativa ocorreu em fevereiro de 2018, de automóvel, e permitiu lograr a identificação de ruínas do “Comercinho” e a indicação do provável local de coleta da urna funerária.

Ao chegar no local, percebi que ao longo da margem direita do rio Preto, acompanhando o seu leito numa faixa de aproximadamente 1 km, é possível se ver uma sequência de ruínas de antigas ocupações feitas de adobe ou taipa, já bastante arrasadas, configuradas por montes de terras. Associadas a elas e ao longo da faixa de identificação dos materiais também se vê uma grande quantidade de objetos domésticos, a exemplo de fragmentos de louças, cerâmicas diversas, vidros, vasilhas metálicas esmaltadas (bules, canecas, penicos etc.), restos de painéis, fragmentos de telhas, entre outros. Todos, contudo, refletem materiais relativamente simples e absolutamente funcionais, sem grande luxo.

Na coordenada situada no limite de distribuição dos vestígios do vilarejo do “Comercinho” à montante do rio (24L 0280675 / 8700481 Alt. 777 m) foi possível se identificar um cemitério onde dois túmulos ainda estão de pé. Por sua vez, a coordenada situada no limite à jusante do rio (24L 0280967 / 8701304 Alt. 765 m) corresponderia ao local onde possivelmente existiu o açougue de Joaquim Roque. Nessa margem do rio, entre o cemitério e o açougue, na faixa em que se distribuem as ruínas do “Comercinho”, o relevo é de inclinação leve e evolui de forma ascendente na direção perpendicular a partir do eixo do rio, formando uma espécie de dique que limita à direita o leito d’água. A composição do solo é argilo-arenosa, de cor marrom. Atualmente tem vegetação arbustiva e pastagem.

Por sua vez, a margem esquerda, na área que me foi indicada como de possível coleta da urna (24L 0280835 / 8701294 Alt. 759 m), próxima ao que seria o açougue de Joaquim Roque, caracteriza-se como um terraço de inundação de composição arenosa. Na atualidade essa área tem uma vegetação arbórea secundária bastante desenvolvida e superfície do terreno com vasta cobertura de folhagem¹⁴. Trata-se de uma faixa de terra praticamente plana situada entre o leito do rio e o sopé de uma *cuesta* de rochas sedimentares, especificamente o arenito silicificado. Essa faixa de terra que compõe o terraço de inundação tem largura entre 300 a 500 metros (figura 2). No alto da *cuesta*, soerguida em relação ao leito do rio cerca de 50 metros, estende-se um planalto onde se encontram abrigos em forma de cogumelos.

Cabe dizer que essa composição da *cuesta* corresponde à mesma sequência do relevo dissecado, onde está o boqueirão em que se situa Ventura, uma vila do período da mineração situado em voo de pássaro há aproximadamente 8 km do “Comercinho” (figura 3). Próximo a vila de Ventura há um tributário intermitente do Rio Preto, que leva exatamente o mesmo nome do rio. À margem desse tributário desenvolve-se uma planície de inclinação leve decrescente, do sopé da *cuesta* até o leito do rio. Nesse espaço tive a possibilidade de acompanhar uma equipe arqueológica coordenada por Clovis Macedo Neto, a qual identificou no final dos anos 90 do século XX um sítio pré-colonial com cerâmicas dispersas no terreno, com paredes grossas (com espessura superior a 1 cm), pastas com queima incompleta, superfícies pintadas e com decoração plástica e bordas reforçadas. No alto da *cuesta* encontram-se vários sítios com pinturas rupestres (ETCHEVARNE, 2007;

14 Por essa razão não é possível uma adequada varredura de superfície, de maneira que registrei a indicação potencial do local para futuras intervenções arqueológicas.

ETCHEVARNE *et al*, 2015; HAVRE, 2015).



Figura 2: Na margem direita do Rio Preto, entre as casas e o cemitério existem vários vestígios do extinto vilarejo do Comercinho. Na margem esquerda o provável setor onde estaria o sítio do qual deriva a urna funerária. Fonte: Google Earth, 2018.

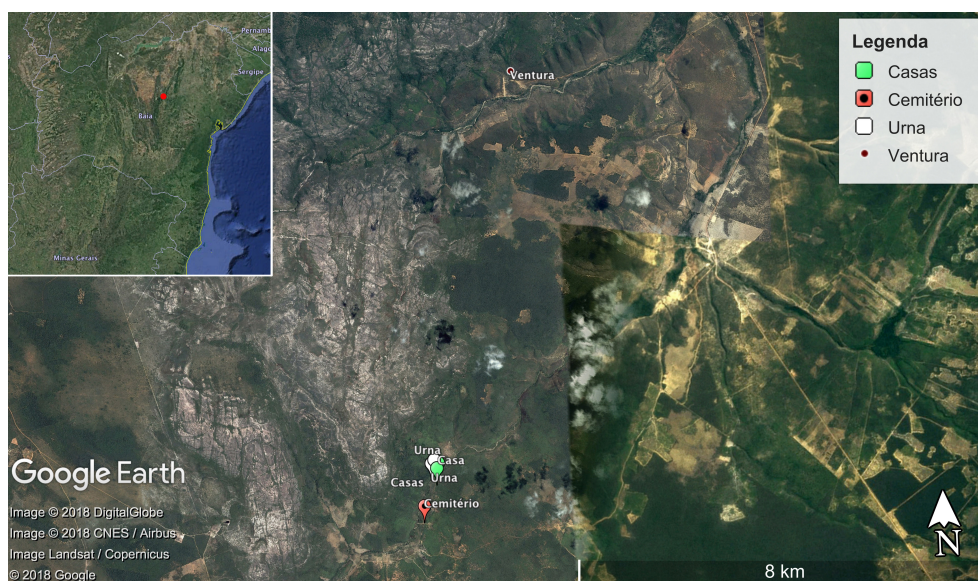


Figura 3: No centro, no alto da imagem, a identificação da Vila de Ventura. Na parte baixa, a área do vilarejo do Comercinho. Fonte: Google Earth, 2018.

Os dados arqueológicos conhecidos sobre a Vila de Ventura, área próxima de características análogas àquela que visitamos, são assertivos com relação ao potencial do vilarejo do “Comercinho”, seja no que corresponde ao contexto histórico associado à mineração, ou quanto ao contexto pré-colonial relacionado a ocupação de abrigos e a grupos aldeados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Novas perspectivas teóricas advindas das diferentes áreas das humanidades vem sendo adotadas desde a emergência das arqueologias de contextos singulares¹⁵ nos anos de 1980, no âmbito da arqueologia pós-processual, com o intuito de melhor entender os contextos arqueológicos (BATE, 1998; BOADO, 2012; GALLAY, 1986; JOHNSON, 2000; LIMA, 2000; RENFREW, 1993; TRIGGER, 2004 [1989]). Não entendo este artigo como um exercício pós-processual. Mas, sem dúvida, reflete a busca da contribuição de outras áreas das humanidades, especificamente da história e da educação – de onde derivam a perspectiva teórica das “histórias de vida” – para a construção de informações arqueológicas.

Ao longo do artigo tratei o “panelão” como sendo uma urna funerária, pois é assim que ele está indicado na documentação existente no Mae/Ufba. Contudo, ao mesmo tempo em que as narrativas dos interlocutores que conheceram a sua história de coleta no “contexto arqueológico” indicam que, de fato, ele estava enterrado com uma tampa sobre a abertura (o que sugere o uso fúnebre), contraditoriamente não confirmam a existência de ossos ou cinzas no interior, apenas de terra e raízes (o que evidencia a dúvida). Por outro lado, é perceptível marcas de fuligem na face externa do objeto, situadas da base à carena, as quais permitem vislumbrar que o vaso tenha sido utilizado para cozimento. Assim, há aqui, no mínimo, uma dúvida sobre as funções do objeto em seu “contexto sistêmico”, de forma que eventualmente se poderá expandir essa discussão noutras investigações.

A perspectiva das “histórias de vida” se demonstrou uma ferramenta privilegiada para embasamento teórico/metodológico, sistematização de informações dispersas e contextualização de um objeto arqueológico do Mae/Ufba. No presente caso, foi possível criar uma nova narrativa para a compreensão de uma urna funerária resgatada em Morro do Chapéu por Valentín Calderón nos anos de 1960, que está sob a guarda do museu, mas se encontrava com moradores locais. Assim, possibilitam-se caminhos para o aprofundamento de pesquisas no futuro com dados consistentes que permitam, no segundo instante, a conversão desse bem em herança social e os consequentes processos de uso social público do patrimônio arqueológico no museu.

Agradecimentos: Agradeço a Carlos Etchevarne, Fabiana Comerlato, Luydy Fernandes, Marina Falconeri, Rosário Carvalho, Samuel Gordenstein, Tainã Alcântara, João Neto (em memória), Maria Ieda de Santana e Jailton de Santana por me ajudarem, de diferentes formas, para que essa história fosse colocada no papel. A responsabilidade pelo conteúdo apresentado se restringe a mim, o autor.

15 Que parte do princípio que os sítios arqueológicos resultam de contextos socioculturais dinâmicos, de forma que utilizam abordagens diversas das áreas das humanidades para a compreensão destes contextos. Dentre essas arqueologias estão: da paisagem, da diáspora africana, do feminismo, da repressão etc.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BATE, Luis Felipe. El proceso de investigación en Arqueología. Crítica, Barcelona, 1998.
- BOADO, Felipe Criado. Arqueológicas, la razón perdida: la construcción de la inteligencia arqueológica. Barcelona: Bellaterra, 2012.
- BRANDÃO, Ana Maria. Entre a vida vivida e a vida contada: a história de vida como material primário de investigação sociológica. Configurações – dossiê cultura e identidade. Minho: Campo das Letras, v. 1, nº 3, p. 83-106, 2007.
- CAROSO SOARES, Carlos Alberto; ETCHEVARNE, Carlos Alberto; MENDONÇA, Teresa Cristina Sousa. Catálogo do Museu de Arqueologia e Etnologia. Brasília: Ministério de Relações Exteriores - Itamarati, 2006.
- CORTÉS, Pablo. El sentido de las historias de vida en investigaciones socioeducativas: una revisión crítica. In: HERNÁNDEZ, Fernando; SANCHO, Juana María; RIVAS, José Ignacio Rivas (Coords.). Historias de vida en educación: biografías en contexto. Barcelona: Esbrina, p. 68-74, 2011.
- COSTA, Carlos Alberto Santos. Sítios de representações rupestre da Bahia (1950-1990): levantamento dos dados primários dos acervos iconográficos das coleções arqueológicas do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia (Mae/Ufba). Canindé (MAX/UFS. Impresso). Xingó: UFS, v. 1, nº 6, p. 139-157, 2005.
- ETCHEVARNE, Carlos Alberto. Escrito na pedra: cor, forma e movimento nos grafismos rupestres da Bahia. São Paulo: Odebrecht S.A., 2007.
- ETCHEVARNE, Carlos Alberto. Valentim Calderon e os primeiros trabalhos de Arqueologia Baiana. Boletim Informativo do Museu de Arqueologia e Etnologia, nº 8, p. 3, 2015.
- ETCHEVARNE, Carlos Alberto; FERNANDES, Henry Ludy Abraham; BEZERRA, Alvandyr Dantas. Cronologias e contextos arqueológicos nos sítios de arte rupestre na Vila Ventura, Morro do Chapéu, Bahia. PetrArt. Teresina: UFPI, v. 1, nº 1, p. 54-74, 2015.
- GOFFMAN, Erving. A representação do Eu na vida cotidiana. Tradução Maria Célia Santos Raposo. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- HAVRE, Grégoire André Henri Marie Ghislain Van. Interações. Análise da complexidade no registro rupestre do Vale do Ventura, Morro do Chapéu, Bahia (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.
- GALLAY, Alain. A arqueologia do amanhã (L'Archéologie Demain). Tradução: Emílio Fogaça. Paris: Pierre Belfont Ed., 1986.
- JOHNSON, Matthew. Teoría Arqueológica: una Introducción. Barcelona: Editorial Ariel, 2000.
- LA SALVIA, Fernando; BROCHADO, José Proença. Cerâmica Guarani. 2a ed. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.
- LECHNER, Elsa. Histórias de vida: olhares interdisciplinares. Porto: Edições Afrontamento, 2010.
- LIMA, Tânia Andrade. Teoria e método na arqueologia brasileira: avaliação e perspectivas. In: SOUZA, Sheila Maria Ferraz Mendonça de (Org.). Anais do IX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira (1997). Rio de Janeiro: SAB, 2000.
- MARTÍN ÁVILA, Maria Gabriela. Pré-história do Nordeste do Brasil. 3ª ed. Recife: EDUFPE, 1999.
- MENSCH, Peter Van. O objeto como portador de dados. Cuaderno de museologia. Lima, v. 1, p. 53-62, 1989.
- NUNES, Maria Odete. Uma abordagem sobre a relação de ajuda. A pessoa como centro – Revista de estudos rogerianos. Lisboa: Associação Portuguesa de Psicoterapia Centrada na Pessoa e Counselling, v. 1, nº 3, p. 59-64, 1999.
- RENFREW, Colin; BAHN, Paul. Arqueología: teorías, métodos y práctica. Barcelona: Ediciones Akal, S.A., 1993.
- SCHIFFER, Michael Brian. Archaeological context and systemic context. American Antiquity. Washington: Society for American Archaeology, v. 37, nº 2, p. 156-165, 1972.
- TRIGGER, Bruce Graham. História do pensamento arqueológico, 2a ed. Tradução: Ordep Trindade Serra. São Paulo: Odysseus, 2004 [1989].